



# Entenda o que muda, e **nos preocupa**, nas novas regras que afetam trabalhadores

“Vão passar com o rolo compressor sobre os trabalhadores”. Essa é a análise do diretor financeiro do Sindicato dos Metalúrgicos de Itatiba e Região, José Avelino Pereira, o Chinelo, sobre MPs (Medidas Provisórias) 664 e 664, propostas pelo governo e que devem ser votadas pelo Congresso Nacional até o início de abril, restringindo os direitos trabalhistas.

As propostas, na prática, limitam aos trabalhadores de todo o País a concessão de auxílio doença, aposentadoria por invalidez, auxílio reclusão, pensão por morte, seguro desemprego e abono salarial, em flagrante prejuízo a profissionais dos setores público e privado.

“Isso tem nos preocupado e muito, pois o governo federal quer ajustar suas contas atingindo os trabalhadores. Fazendo bem diferente do que foi prometido pela presidente Dilma Rousseff (PT) durante sua campanha eleitoral, em 2014,” avalia Chinelo, que tem participado ativamente de negociações com o governo federal, na tentativa de impedir a concretização das mudanças, que, na prática, já estão valendo desde o final de fevereiro, mas que ainda dependem de aprovação do Congresso.

As centrais sindicais têm se aliado ao Dieese (Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos) para propor medidas al-

## COMO ERA E COMO FICA

No dia 30 de dezembro de 2014, a presidência da República editou as Medidas Provisórias nº 664 e 665, que, entre outros assuntos, determinam novas regras para acesso a benefícios previdenciários como, por exemplo, abono salarial, seguro desemprego e auxílio doença. Confira abaixo alguns pontos que mudam:

### ABONO SALARIAL

**Antes** - Quem trabalhava um mês durante o ano e recebia até dois salários mínimos tinha direito a um salário mínimo como abono.

**Agora** - Carência de seis meses de trabalho ininterruptos e o pagamento passa a ser proporcional ao tempo trabalhado.

### SEGURO DESEMPREGO

**Antes** - Carência de seis meses de trabalho.

**Agora** - Carência de 18 meses na primeira solicitação; 12 meses na segunda e seis meses a partir da terceira.

### AUXÍLIO DOENÇA

**Antes** - O benefício era de 91% do salário do segurado, limitado ao teto do INSS. Além disso, as empresas arcavam com o custo de 15 dias de salário antes do INSS.

**Agora** - O teto é a média das últimas 12 contribuições e as empresas arcam com o custo de 30 dias de salário antes do INSS.

ternativas ao governo, que tem, na mudança das regras trabalhistas, o caminho mais fácil para promover um ajuste fiscal no País.

Para o Dieese, é possível reduzir os custos e o tempo dos trabalhadores que buscam o seguro-desemprego de forma diferenciada do que planeja o governo. Um dos caminhos seria uma integração de dados no momento das homologações trabalhistas, o que permitiria um cadastro único para aqueles que acessam o fundo de garantia e o seguro-desemprego.

### COM EMPRESÁRIOS

Paralelamente, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Itatiba e Região, Igor Tiago Pereira, participou de uma reunião com empresários e centrais sindicais, na sede da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), onde propôs a união de forças, entre trabalhadores e empresários, para evitar um mal maior para o País.

“A gente vê nas nossas bases a desindustrialização do Brasil, e isso gera muito desemprego. Então, acho que a gente tem que unir forças de trabalhadores e dos empresários e formar um grupo para discutir essas medidas que vêm sendo colocadas goela abaixo, sem consultar as nossas bases. Esse é o posicionamento da CSB”, destacou Igor Tiago Pereira ao discursar na Fiesp.

## A preocupação das centrais sindicais e CNBB com as modificações nas regras trabalhistas

Em reunião com centrais sindicais em sua sede em Brasília, a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) demonstrou preocupação com as alterações nas regras trabalhistas que estão sendo propostas pelo governo.

O diretor José Avelino Pereira, o Chinelo, participou do encontro acompanhado do presidente nacional da CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros), Antônio Neto. Segundo ele, a CNBB teme que as mudanças afetem diretamente jovens que estão iniciando carreira profissional. “A preocupação está no futuro dos jovens, na geração do primeiro emprego. Isso pode dificultar a entrada desse pessoal no mercado de trabalho”, diz Chinelo.



**COM OS BISPOS** Centrais sindicais se reuniram com integrantes da CNBB, entidade que está preocupada com futuro dos jovens no mercado de trabalho diante das novas regras trabalhistas

## Um bom momento para a redução da jornada de trabalho

Para o diretor José Avelino Pereira, o Chinelo, o momento, por mais que seja de preocupação, poderia favorecer uma luta antiga da classe trabalhadora: a fixação das 40 horas semanais de trabalho.

“Muitas empresas estão fazendo isso neste momento, mas reduzindo salários. Ou então dando férias coletivas a seus funcionários e promovendo demissões. Entendo que a fixação das 40 semanais, que é uma luta antiga, poderia trazer uma certa oxigenação para o setor produtivo”, avalia. “Não é porque querem nos impor regras, que não temos mais que cobrar pleitos antigos. Essa é uma questão que poderia trazer uma nova luz para as discussões nesse período de crise”, avalia.